



4061 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)  
GT12 - Currículo

O discurso de gênero na Política Curricular da Educação Quilombola: do campo empírico às diretrizes curriculares da Educação Quilombola

Thais Teixeira Cardoso - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Nubia Regina Moreira - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

## RESUMO

O presente estudo propõe-se a analisar o lugar da noção de gênero na política curricular quilombola. Nosso campo empírico são os documentos oficiais tais como: a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola; por meio dos quais procuraremos problematizar os sentidos produzidos e disputados em torno das relações de gênero e o currículo escolar direcionado a escolarização da população quilombola. Destarte, a concepção de currículo ora expressa o concebe como um campo emblemático pressupondo disputas e negociações que possibilitam construir uma política da diferença que legitime a criação de experiências interculturais na escola conforme aponta os autores do campo. Partimos do pressuposto que o currículo colabora com a construção das identificações de gênero. Ao analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola fica notório o silenciamento das discussões de gênero nesta política curricular. Esta, não aparece no âmbito da Educação Infantil e Ensino Fundamental e, no Ensino Médio, pontualmente é mencionada.

**Palavras-chave:** Política curricular. Gênero. Educação Quilombola.

## Introdução

O objetivo principal desse pôster é analisar o lugar das relações de gênero na Política Curricular da Educação Quilombola por meio dos documentos oficiais, a saber: Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (2007) e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola (2012) uma vez que se entende que o empoderamento feminino e comunitário também perpassa pela instituição escolar que poderá ser um importante elemento de transformação social.

Pensando no estabelecimento da discussão acerca do processo educacional da população negra no Brasil, faz-se necessário destacar a lei 10.639/03. Estase constitui um marco na agenda brasileira no que se refere à redução da desigualdade social, preconceito, discriminação e racismo. Este documento trata-se de uma política afirmativa que legitima o lugar e a importância da escola no processo de formação dos indivíduos enquanto cidadãos de direitos, respeitando suas singularidades e identidades, e, assim, reitera a relevância na história deste país do estudo e valorização das suas diferentes matrizes culturais.

As comunidades remanescentes quilombolas foram historicamente deslegitimadas pelas políticas econômicas e sociais no Brasil e batalharam arduamente pelo reconhecimento jurídico de seus territórios e de sua peculiaridade histórica, social, cultural e política sendo contempladas, em parte, pela Constituição Federativa da República deste país favorecendo através de certificações, muito mais que a garantia do direito ao usufruto da terra, mas principalmente, o respeito à identidade desta população ao sentimento de ser e pertencer a um lugar e a uma comunidade em específico (ABA, 1994; ARRUTI, 2008).

Neste sentido este estudo visa analisar as Políticas Curriculares voltadas à Educação Quilombola no tocante ao gênero. Entende-se que seja relevante desenvolver estudos que possam contribuir com estas discussões uma vez que, há poucas pesquisas que versam acerca deste tema tendo por base os documentos oficiais pensados para a escola quilombola. Estes, usualmente, trazem para a cena a discussão étnico-racial como pauta principal, em detrimento de outras pautas relevantes a serem discutidas, a saber: a discussão de gênero. Logo, há o desejo no presente estudo em analisar a partir dos documentos oficiais a seguinte questão: como podemos compreender as relações de gênero na Política Curricular da Educação Quilombola?

## Educação, Escola e Currículo em Comunidades Remanescentes Quilombolas

A Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos destaca que a origem da comunidade quilombola está atrelada a luta dos trabalhadores do campo e do crescimento do movimento negro no Brasil que desemboca num movimento político organizado que visa garantir uma identidade étnica fruto de estudos antropológicos e jurídicos que destaca a dívida do Estado para com estas populações que possuem uma relação profunda com a terra. Logo, “mocambos”, “quilombos”, “comunidades negras rurais” e “terras de pretos” são denominações que culminam em um patrimônio histórico que nem mesmo o Estado conhece em sua totalidade (COSTA e PAIXÃO, 2006).

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais foi criada em dois mil e sete e se constituiu em um marco uma vez que além de reconhecer a existência destas populações enquanto uma realidade peculiar ao Brasil permitiu garantir seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais valorizando a sua identidade (BRASIL, 2007). Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola foram criadas posteriormente para que fosse garantido um ensino que respeitasse a realidade social, histórica, política, econômica e cultural destes povos assegurando o ensino-aprendizagem em todas as etapas, a saber: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e a estruturação e desenvolvimento das escolas e de seus trabalhadores a partir de uma pedagogia própria e de um currículo que contemplasse estas especificidades (BRASIL, 2012).

O reconhecimento de uma política multicultural no Brasil não garante que não existirá diferença. Estudar a diferença e a identidade destas populações permite negociações neste percurso e, sobretudo, uma ruptura com projetos conservadores, concretos e liberais aproximando-se de uma proposta de multiculturalismo crítico que permite reconstruir os sistemas em que as diferenças foram originadas (MACEDO,

2006). Logo, é relevante abrir espaços para analisar as lutas hegemônicas, permitindo-se assim que emergam vozes que usualmente encontra-se em segundo plano: professores, alunos e comunidades subalternizadas. Assim, embora possa ser compreensível que estruturas sociais e/ou econômicas existam, é fundamental deslocá-las, fragmentá-las para o campo de indecidibilidade uma vez que os sujeitos de acordo as suas posições é que articulam as estruturas (MACEDO, 2009).

A sociedade ao final do século XX cindiu com ideias sólidas sobre raça/etnia, gênero, sexualidade, classe e nacionalidade o que permitiu descentralizar as visões acerca dos sujeitos. Observa-se uma perda de identidade de si, social e cultural, esta suposta “crise” abala as certezas e abre a possibilidade de transformação o que permite questionar a modernidade e introduzir a uma visão de pós-modernidade que descentraliza as concepções fixas de identidade (HALL, 2006). Logo, faz-se necessário compreender o currículo como uma arena de disputas e negociações que possibilita a existência de identidades fluidas e flexíveis visando construir uma política da diferença que legitime a criação de experiências interculturais na escola (MACEDO, 2006).

### ***Gênero, enquanto categoria de análise***

É interessante observar que o gênero, à raça e a classe são categorias que assinalam a relevância dos estudos feministas em incluir os sentidos da narrativa dos oprimidos e dos fatores que historicamente os oprimem, assim como, possibilita a construção de uma nova história que perpassa pela compreensão acerca das desigualdades de poder inscritas nestas categorias supracitadas (SCOTT, 1995). O gênero aqui escolhido enquanto categoria de análise justifica-se em relação ao uso do conceito de relações patriarcais que possuem um sentido fixo assumido através de uma forma própria de organização social, a dominação masculina justificando-a a partir de fatores de ordem hereditária que remetem a uma naturalização dos papéis sociais, enquanto que o termo gênero reflete uma não fixidez, não universaliza as relações homem-mulher e permite entender que as relações são construídas e transformadas socialmente (MACHADO, 2000).

Machado (2000) salienta que é necessário entender de forma aprofundada as formas hegemônicas de dominação masculina assumidas na contemporaneidade que persistem e que devem ser contestadas, questionadas a partir da construção de redes de sentido para que se permita uma construção de gênero que faça parte de uma agenda política que venha a romper com a naturalização da dominação masculina subsequente a naturalização da diferença sexual. Nesse sentido, falar de gênero é contestar esta ideia de naturalização trazendo o tema para uma “arena de luta” conforme aponta Haraway (2004). Logo, problematizar o gênero na Política Curricular pensada para a Educação Quilombola no âmbito escolar é relevante uma vez que é através desta instituição que muitas práticas conformaram as posições de gênero e sexualidade em binarismos que acabaram por silenciar as diferenças que ali existiam conformando-as através do que preconizava a ciência biológica conforme também apontam os estudos de Macedo (2007). Assim, entendendo que o currículo “constrói” identificações de gênero faz-se útil entender esta “correlação” no campo desta política.

### ***Gênero e Política Curricular da Educação Quilombola: é possível estabelecer uma correlação?***

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de povos e Comunidades Tradicionais (2007), a Conferência Nacional de Educação (2010), o Artigo 68 da Constituição Federativa da República (1988) e audiências públicas com o tema “A Educação Escolar Quilombola que temos e a que queremos” contribuíram sobremaneira para a construção das Diretrizes Curriculares da Educação Quilombola, demarcando o respeito à peculiaridade étnico cultural com a qual estas comunidades se apresentam em seus territórios de origem (BRASIL, 2012). No que tange a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de povos e Comunidades Tradicionais (2007, p.2) é relevante perceber o destaque às discussões de gênero previsto nesta Política, conforme expressa abaixo na íntegra o Artigo Primeiro alínea I:

O reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade.

O documento ora expresso destaca a necessidade em se contemplar as relações de gênero enquanto uma pauta importante no âmbito das ações voltadas às comunidades tradicionais e quilombolas que tivessem o Estado como principal incentivador da participação feminina no seio social e de sua relevância política enquanto “liderança” social destas comunidades (BRASIL, 2007). Faz-se necessário situar o lugar do gênero na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais uma vez que este é um dos documentos que servem de base para a construção das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Quilombola assumindo assim a responsabilidade no desenvolvimento de uma Educação Escolar Quilombola que legitime, respeite e reconheça cada Comunidade através do seu recorte étnico e cultural.

A implementação destas Diretrizes se configura em um avanço significativo no que tange às discussões ligadas a terra e a raça oportunizando o desenvolvimento de uma Educação que respeite a peculiaridade do campo. Entretanto, ao analisar este documento é possível perceber que o tema “gênero” praticamente não aparece ao longo do texto e, principalmente, quando se discute as etapas e modalidades de Educação Escolar Quilombola. Faz-se necessário observar que a palavra “gênero” não aparece no âmbito da Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Já na modalidade de Educação Escolar Quilombola prevista para o Ensino Médio que compreende a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, bem como a Educação à Distância conforme apontado neste documento, é relevante perceber que a palavra “gênero” aparece no final do texto uma única vez sendo mencionada a necessidade de discuti-la, problematizá-la em sala de aula (BRASIL, 2012).

### ***Considerações que não se pretendem finais***

O estudo em tela aborda a temática do gênero no tocante ao delineamento das Políticas Públicas Curriculares pensadas para a Educação da População Quilombola problematizando o lugar deste tema no âmbito desta Política. Levando em consideração que o Currículo tem o potencial de construir as relações de gênero é necessário que este seja plural, multifacetado e que conceba as relações sociais como relações complexas de poder e disputa constante o que justificaria a relevância em se tratar desta temática que usualmente aparece como tema transversal conformada numa lógica que a secundariza em lugar de importância devido a outras pautas como também necessárias de serem discutidas, debatidas e difundidas no âmbito educacional. Assim, faz-se oportuno dar continuidade a este estudo através de uma pesquisa aprofundada no campo, neste caso nas Comunidades Quilombolas para dar ênfase às vozes especificamente de mulheres, tais como: professoras, alunas e representantes destas Comunidades e assim compreender na prática o lugar pensado para as mesmas no âmbito da Política Curricular Quilombola e os desdobramentos desta em suas vidas.

## Referências

- ABA. **Documento do grupo de trabalho sobre Comunidades Negras Rurais**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 1994. Disponível em: <[http://www.abant.org.br/conteudo/005COMISSOESGTS/quilombos/DocQuilombosABA\\_1a.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/005COMISSOESGTS/quilombos/DocQuilombosABA_1a.pdf)> Acesso em: 20 set. 2017.
- ARRUTI, José Maurício. **Quilombos**. In: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Lívio. Raça: novas perspectivas antropológicas. Associação Brasileira de Antropologia. Salvador: EDUFBA, 2008.
- BRASIL. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Disponível em: <[http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei\\_10639\\_09012003.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf)> Acesso em 20 set. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº. 6040 de 7 de fevereiro de 2007**. Brasília: DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)> Acesso em 15 set. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CEB. nº 8, de 20 de novembro de 2012** Brasília: DF. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>> Acesso em: 20 set. 2017.
- COSTA, Ivan; PAIXÃO, Maurício. **CONAC: Um movimento nacional dos quilombolas**. Instituto Búzios: Maranhão, 2006. Disponível em: <[http://www.institutobuzios.org.br/documentos/CONAQ\\_UM%20MOVIMENTO%20NACIONAL%20DOS%20QUILOMBOLAS.pdf](http://www.institutobuzios.org.br/documentos/CONAQ_UM%20MOVIMENTO%20NACIONAL%20DOS%20QUILOMBOLAS.pdf)> Acesso em: 10 jun. 2017.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós – modernidade**/ tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-11. Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARAWAY, Donna. "**Gênero**" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 22, p. 201-246, June 2004. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010483332004000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332004000100009&lng=en&nrm=iso)>. access on 05 abr. 2018.
- MACEDO, Elizabeth. **Por uma política da diferença**. Cadernos de pesquisa. São Paulo, v. 36, n128, mai/ago 2016, p.327-356, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a04.pdf>> Acesso em 20 jun. 2017.
- \_\_\_\_\_, Elizabeth. **Um discurso sobre gênero no currículo de Ciências**. Educação e Realidade. 32(1): jan/jun 2007. 45-58. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/6659>> Acesso em: 20 ago. 2018.
- \_\_\_\_\_, Elizabeth. **Como a diferença passa do centro à margem nos currículos** o caso dos PCN. Educação & Sociedade. v.106, p.23-43, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a05.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2017.
- MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Série Antropologia. UNB: Brasília, 2000. Disponível em: <[http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2012/08/MACHADO\\_GeneroPatriarcado2000.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2012/08/MACHADO_GeneroPatriarcado2000.pdf)> Acesso em 05 abr. 2018.
- SCOTT, Joan Wallace. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2,, jul/dez. 1995, PP 71-99. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>> Acesso em 05 abr. 2018.